

SESSÃO ORDINÁRIA DE 22 DE FEVEREIRO DE 2019

ATA N.º 2/2019

(CONTÉM 30 PÁGINAS)

Por convocatória do Presidente da Assembleia Municipal, datada de catorze de fevereiro de 2019, reuniu a Assembleia Municipal de Miranda do Douro, no Miniauditório, pelas 09h30m, com a seguinte Ordem de Trabalhos: --

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Período antes da ordem do dia;
3. Aprovação da ata das sessões realizadas a 14 de dezembro 2018;
4. Aprovação da norma dos cargos de direção intermédia de 3.º grau;
5. Plano de Saneamento Financeiro – Programa de Apoio à Economia Local – Relatório de Acompanhamento da Execução do PAF (Plano de Ajustamento Financeiro) – 2018;
6. Apreciação da informação a prestar pelo Sr. Presidente da Câmara.

Constatou-se a ausência do Deputado Urbino Correia, que, comunicou que a sua ausência se devia a motivos de saúde. -----

Estiveram presentes os seguintes membros: Carlos do Nascimento Ferreira, Antero Correia Besteiro, António Carção, Maria Virgínia Lopes Preto, Mário da Conceição Bartolomeu Torrão, Alberto José Raposo, Marisa Pardal Lavrador, Luz Jesus Guerra João, Bruno Filipe Lourenço Torrado, Eduardo L. T. B. Sanches da Gama, Zulmira do Nascimento M. C. Firmino, Priscila Salomé R. Oliveira, Mário João Ferreira Vaz, Aida Sofia Ribeiro da Silva, Carlos E. Córdova Pêra, António José Fernandes Ribeiro, José Marcelino Antão, Camilo António Vaz das Neves Raposo, Abílio Domingues Pires Barril, Manuel Guerra Gonçalves, Jorge Jacoto Lourenço, José Francisco Gonçalves Ribeiro, Luís Augusto Lucas,

CF
A

Sessão de 22 de fevereiro de 2019

Aquilino José Morete Ginjo, Orlando Seixas Vaqueiro, Silvino F. Preto da Silva, e Adérito dos Santos Martins. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** apresentou os seus cumprimentos a todos os que se encontravam presentes na sessão, e constatando que havia quórum, deu início aos trabalhos. -----

Em seguida, propôs a introdução de dois pontos na ordem de trabalhos, respeitantes a dois diplomas concernentes à transferência de competências, no âmbito do processo de descentralização, nomeadamente: -----

“Descentralização – Decreto-Lei n.º 20/2019 de 30 de janeiro - Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais nos domínios da proteção e saúde animal e da segurança dos alimentos.” -----

E,

“Descentralização – Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro – Desenvolve o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da cultura.” -----

Tendo todos os membros concordado com a introdução dos referidos assuntos na ordem do dia, passam a integra-la com os números 4 e 5, respetivamente. -----

1. Informações. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu conhecimento do convite remetido a esta Assembleia Municipal por parte das entidades organizadoras do 3.º jantar solidário “Laços de Ternura”, a realizar no próximo dia 8 de março, em Miranda do Douro, no âmbito da comemoração do Dia Internacional da Mulher. -----

Informou que, este jantar tem por objetivo apoiar a Liga Portuguesa Contra o Cancro, sensibilizando a população para este flagelo que é o cancro e ao mesmo tempo, angariar fundos para apoio financeiro. -----

Foi disponibilizado o convite para este evento, em formato papel, a todos os membros que integram a Assembleia Municipal. -----

Prosseguiu, perguntando se algum dos membros pretendia prestar alguma informação, e não se verificando a intenção de fazê-lo por parte de nenhum dos membros presentes, passou ao ponto seguinte. -----

2. Período antes da ordem do dia. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** felicitou o Sr. Presidente da Câmara Municipal, bem como, todos os que de alguma forma estiveram envolvidos na iniciativa de levar o nome de Miranda do Douro mais longe, nomeadamente, o Sr. Bispo da diocese, o Sr. Padre da paróquia de Miranda do Douro, bem como, as artesãs que elaboraram a Capa de Honras oferecida a sua Santidade o Papa Francisco, na passada quarta-feira, 13 de fevereiro, no Vaticano. -----

Congratulou-se pelo grande feito de ir a Roma em visita a sua santidade o Papa Francisco, oferecendo-lhe uma Capa de Honras Mirandesa, feito que, considera ter sido amplamente divulgado nas redes sociais, e pelos meios de comunicação social, dizendo que, se trata de uma ação de promoção das terras de Miranda que ficou para sempre registada, a nível mundial. -----

Explicou que, a Capa de Honras oferecida a sua Santidade o Papa Francisco foi oferta das artesãs que a elaboraram, concretamente, a D. Susana de Castro, e as suas duas filhas, Sandra de Castro e Leopoldina de Castro. -----

Propôs que, esta Assembleia Municipal desse um voto de louvor com aclamação às referidas artesãs, colocando a votação a proposta por ele apresentada, com a que todos os membros presentes concordaram. -----

A Assembleia Municipal de Miranda do Douro deliberou, por unanimidade e com aclamação, atribuir um voto de louvor às artesãs Susana de Castro, Sandra de Castro e Leopoldina de Castro, pelo seu trabalho e dedicação. -----

Prosseguindo, congratulou o Presidente da Câmara Municipal pelo sucesso que foi a Feira de Sabores, pelos fluxos de pessoas que acorreram ao evento, assim como, aos restantes elementos da Câmara Municipal que organizaram e colaboraram ao longo do decurso do evento. -----

Em seguida abriu inscrições para intervir neste ponto da ordem do dia, tendo-se inscrito os seguintes membros: Alberto Raposo, Antero Besteiro,

CF
A**Sessão de 22 de fevereiro de 2019**

António Carção, Jorge Jacoto Lourenço, Silvino da Silva, Camilo Raposo, Eduardo Sanches da Gama, Aquilino Ginjo, e Mário Vaz. -----

O **Deputado Alberto Raposo**, cumprimentou todos os que se encontravam na sessão e prosseguiu dando parabéns ao Executivo Municipal pelo ato venatório levado a cabo no passado fim de semana, dizendo que foi um sucesso, tanto pelo numero de abates efetuados, como pelo número de pessoas que participaram. -----

Felicitou os representantes das Freguesias de Vila Chã da Braciosa, e a União de Freguesias de Constantim e Cicouro, assim como, os representantes das respetivas zonas de caça, pela forma de bem receber aqueles que participaram nesses eventos venatórios. -----

Congratulou o Dr. Francisco Venâncio pelo grande empenho e dedicação e pela forma como se entregou ao evento, dizendo que, sem a sua colaboração os referidos eventos não tivessem tido tanta qualidade como a que se constatou. -----

Referiu que nada podia acrescentar a respeito da “Feira de Sabores”, uma vez que não a visitou. -----

Dirigindo-se ao Executivo Municipal referiu-se à animação cultural levada a cabo no período de Natal e de Ano Novo nas ruas de Miranda do Douro, dizendo que a propósito dessa iniciativa é de louvar, mas que, se deve chamar à atenção os membros dos pauliteiros que participaram nessas iniciativas para o facto de terem a obrigação, para com a cultura mirandesa, de se apresentarem devidamente trajados com os trajes mirandeses. -----

Pareceu-lhe estranho que, naquela época festiva, desfilassem pelas ruas de Miranda do Douro trajes dos caretos de Podence, Macedo de Cavaleiros. -----

Dirigindo-se ao Presidente da Câmara Municipal perguntou-lhe se lhe parece ser esta a forma de representar e defender a cultura mirandesa. -----

O **Deputado Antero Besteiro**, cumprimentou todos os que se encontravam presentes e em seguida referiu que, o assunto que traz a esta Assembleia é de veras importante para o meio estudantil de Miranda do Douro, e de um modo geral para todos os Mirandeses. -----

C
A**Sessão de 22 de fevereiro de 2019**

Dirigindo-se ao Presidente da Câmara Municipal e simultaneamente ao Presidente da Junta de Freguesia de Miranda do Douro, expôs que, existe um caminho pedonal que dá acesso à Escola Secundária de Miranda do Douro, que os estudantes que frequentam a referida escola utilizam diariamente, que se trata do caminho que vai da ponte do rio Fresno para a Escola Secundária. -----

Transmitiu que, o referido caminho para além de ter o piso degradado, é muito estreito e perigoso. Porque a sua largura não permite a passagem de um peão e de um automóvel em simultâneo, além do mau estado de conservação dos muros que vedam os terrenos particulares que ladeiam esse caminho, o que pode propiciar a ocorrência de acidentes. -----

Propôs à Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Miranda do Douro que entrem em negociações com os proprietários dos terrenos circundantes de modo a alargar o caminho, assim como, o arranjo dos muros das propriedades.

Considera que, sendo atualmente um caminho muito utilizado se deve providenciar a sua conservação. -----

Referindo-se à “Feira dos Sabores”, disse que, foi um sucesso em termos de exposição de produtos, de vendas, assim como, de visitantes. -----

Congratulou o Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Carlos Ferreira e o Presidente da Câmara Municipal, Dr. Artur Nunes, pelos discursos proferidos na abertura do evento, dizendo que se deliciou com as suas palavras por eles proferidas. -----

Quanto ao serviço das refeições, disse que, o restaurante continua a não prestar um serviço de restauração eficaz, além da morosidade com que os convidados foram servidos. -----

Deu os parabéns aos organizadores das montarias ao javali, assim como, todas as pessoas envolvidas na organização da iniciativa, tanto os funcionários da Câmara Municipal, como os Presidentes das juntas de Freguesia de Vila Chã da Braciosa, e da União de Freguesias de Constantim e Cicouro, bem como, os representantes da Associações de Caça daquelas localidades. -----

No entanto, apontou o mau desempenho dos matilheiros dizendo que não se esmeraram no desempenho das suas funções. -----

Sessão de 22 de fevereiro de 2019

A título exemplificativo, referiu que, quando o Deputado Alberto Raposo é convidado para fazer o trabalho de matilheiro, o resultado é mais produtivo porque se embrenha no mato incentivando os canídeos a fazer o seu trabalho, o que não se verificou com os matilheiros que participaram nas batidas agora realizadas. -----

O **Deputado António Carção**, cumprimentou todos os que se encontravam presentes na sessão e prosseguindo com a sua intervenção. -----

Em seu nome pessoal congratulou o Presidente da Câmara pelo ato de oferta da Capa de Honras Mirandesa, símbolo da cultura mirandesa, a sua Santidade o Papa Francisco. Congratulou também os demais envolvidos neste ato, dizendo que, foi um ato que até à data mais colocou a nível mundial Miranda do Douro no mapa. -----

Mencionou que, a cultura mirandesa esteve presente e ganhou pontos, o que foi feito, foi muito bem feito. -----

Referindo-se à celebração do 20.º aniversário de oficialização da Língua Mirandesa, o povo mirandês e a sua cultura mais uma vez estão de parabéns. ---

De os parabéns ao autor do diploma legal que oficializou a língua mirandesa, os autarcas deste município que contribuíram para que isso fosse possível, nomeadamente, o Dr. Júlio Meirinhos, e o Eng.º Manuel Rodrigo, e em especial o povo mirandês, que através dos tempos trouxe a Língua Mirandesa até à atualidade. -----

Considera que, estas comemorações da oficialização da Língua Mirandesa se terão realizado devido ao facto de nos estarmos a preparar para a assinatura da Carta das Línguas Minoritárias, este ano. No entanto, é de opinião que pela data em questão e pela singularidade do ato se deveria ter feito mais qualquer coisa, nomeadamente, um congresso ou uma jornada, no âmbito da Língua Mirandesa porque lhe parece meritório. -----

Fez alusão a uma notícia que foi publicada no jornal do nordeste a respeito das transferências para as juntas de freguesia, dizendo que, na Câmara Municipal de Mirandela foram transferidos 835.000,00 euros (oitocentos e trinta e cinco mil euros) para as juntas de freguesia daquele município, através de protocolo. -----

cf
A

Sessão de 22 de fevereiro de 2019

Dessa notícia concluiu que, se trata de uma câmara que olha para as juntas de freguesia como deve ser. Acrescentou que, para a Torre, por ser uma vila, transferiu 50.000,0 euros (cinquenta mil euros). E disse, que imaginassem os autarcas deste município, caso tivessem uma distribuição financeira desta envergadura o que poderiam fazer nas suas freguesias. -----

Referiu que ficariam muito mais bem servidas as populações e os respetivos residentes, muito embora, tenha noção que Mirandela é um município maior que o nosso e possivelmente tenha mais receitas, recomendou ao Presidente da Câmara Municipal de Miranda do Douro que siga o exemplo. --

Em relação à “Feira de Sabores” disse que, não tinha vindo à feira porque esteve fora deste concelho e não lhe foi possível comparecer. -----

Relativamente ao serviço de refeições prestado pelo restaurante, disse que, se continua a não ser prestado um bom serviço algo está mal, provavelmente, devido à forma como as refeições são servidas, pois o restaurante presta um serviço de cantina, o que considera não se enquadrar no evento em questão. Expôs que, não tem noção se o prestador do serviço é bem pago ou não, mas que, seria preferível que fosse bem pago e em vez de servir duas mil e quinhentas refeições fossem apenas servidas mil refeições, com qualidade e melhor serviço. Pois, seria uma forma de melhorar a promoção dos produtos da nossa terra, porque o cliente insatisfeito não traz vantagem nenhuma em termos de publicidade. Disponibilizou-se para ajudar a resolver esta situação dando ideias nesse âmbito. -----

Dirigindo-se ao Presidente da Câmara Municipal expôs que, mais uma vez se remete ao programa eleitoral do PS, apresentado nas eleições autárquicas de 2017, e colocou as seguintes questões: -----

Quando será apresentado o plano de promoção turística para o concelho da Miranda do Douro? -----

Qual a forma de apoiar as iniciativas promotoras do desenvolvimento rural no âmbito da caça e pesca com impacto no turismo?

Quando serão criados apoios para o comércio e microempresas do concelho no ramo do turismo? -----

cf
A

Sessão de 22 de fevereiro de 2019

O **Presidente da Junta de Freguesia de Picote**, Jorge Jacoto Lourenço, cumprimentou todos os que se encontravam presentes na sessão. -----

De seguida, solicitou alguns esclarecimentos acerca das queimas e queimadas, uma vez que a ANAFRE, via Ministério da Agricultura, enviou correspondência a respeito desta questão expondo que, os munícipes se devem dirigir à Câmara Municipal ou às Juntas de Freguesia a fim de comunicar que pretende fazer uma queima e considera que, esta questão não está devidamente clarificada, daí advêm algumas dúvidas relativamente a esse assunto, podendo vir a surgir alguns problemas se não houver uma articulação cuidadosa e devido à falta de esclarecimento junto das populações. -----

Perguntou o que é que a Junta de Freguesia pode fazer relativamente a esta questão das queimadas. -----

Associou-se a todas as palavras que foram ditas nesta sessão acerca da “Feira de Sabores”, e de os parabéns aos autores da iniciativa que levou bem longe o nome de Miranda do Douro, ao nível do Vaticano. -----

Dirigindo-se ao Presidente da Câmara Municipal, disse que, ficou muito satisfeito pela dinâmica de recuperação de imóveis que está a ser feita na aldeia de Picote, apelando para que seja incluída esta aldeia no IFRRU, visto verificar-se interesse por parte dos residentes em recuperar as casas velhas, sobretudo na zona mais antiga da localidade, pois, seria um incentivo para as pessoas que pretendem fazê-lo. -----

Referiu que, as obras de recuperação do Miradouro da Fraga do Puiu, em Picote, já avançaram, agradeceu o apoio da Câmara Municipal estando, neste momento, em cima da mesa a assinatura de um protocolo para, juntamente com a EDP, poder executar aquela obra que considera tratar-se de uma obra de referência para este Concelho, não apenas para a sua freguesia. -----

O **Presidente da União de Freguesias de S. Pedro de Silva/Águas Vivas**, Silvino da Silva, cumprimentou todos os que se encontravam presentes na sessão e em seguida disse que, não queria deixar de agradecer a iniciativa da Câmara Municipal pela realização do 16.º encontro de “Cantares dos Reis” de forma descentralizada, tendo cabido este ano a honra à freguesia que representa. Fez votos para que, estas iniciativas não se resumam apenas à área

CF
A**Sessão de 22 de fevereiro de 2019**

cultural, mas também, nas dimensões do desenvolvimento económico e social deste município. -----

O **Presidente da Junta de Freguesia de Malhadas**, Camilo Raposo, apresentou os seus cumprimentos a todos os que se encontravam na sessão e prosseguiu dizendo que, ter oferecido a capa de honras a sua Santidade o Papa Francisco foi uma feliz ideia. E referindo-se à realização da “Feira de Sabores”, disse que, estas iniciativas são de louvar por levarem Miranda do Douro a bom porto. -----

Agradeceu ao Executivo Municipal ter optado por construir o centro de genética deste concelho na freguesia de Malhadas. -----

Informou que, há algum tempo atrás se realizaram uma serie de reuniões entre o Presidente da Câmara Municipal e os presidentes das juntas de freguesia deste concelho, expondo que, a reunião que teve com o Presidente da Câmara foi muito cordial, e que aquele referiu que o coveiro municipal iria deixar de prestar serviço nas freguesias. -----

Manifestou a sua preocupação em relação a essa situação, dizendo que, o coveiro é uma pessoa muito dedicada e um bom profissional, e que é indispensável a todas as freguesias. -----

Não lhe parece bem que, cada freguesia tenha que ter o seu próprio coveiro, pelo que considera que a medida de ter um coveiro para todas as freguesias foi implementada há já alguns anos e que deve ser mantida. -----

O **Deputado Eduardo Sanches da Gama**, cumprimentou todos os que se encontravam na sessão e prosseguiu dizendo que, congratulou-se pela oferta da capa de honras ao Santo Pontífice, e vivendo ele na capital sentiu a repercussão deste ato, dirigindo-se as pessoas a ele devido ao ato referido, constatando que foi feita mais propaganda a Miranda do Douro com essa iniciativa que com qualquer outra. -----

Relatou que, a ascensão de um determinado local é cíclica, fez uma retrospectiva histórica relativamente a esses ciclos, e prosseguiu dizendo que, desde que existam formas de despoletar o desenvolvimento deste concelho que este se desenvolverá, sendo o que virá a ocorrer quando for instalado o

Sessão de 22 de fevereiro de 2019

mosteiro em Palaçoulo, beneficiando toda a área circundante com a instalações desse complexo monástico. -----

Congratulou o Executivo Municipal pela execução do centro de genética na localidade de Malhadas. -----

Referindo-se à “Feira de Sabores”, disse que, as coisas devem ser feitas de maneira diferenciada e que o que se pretende com esta feira é divulgar o que é tradicional neste concelho, pelo que, o restaurante não deve servir em forma de cantina, nem os pauliteiros devem trajar usando calças de ganga, o que considera inaceitável numa feira onde se pretende expor e vender o que é tradicional. -----

Expôs que, é necessário que as pessoas trajem em conformidade com os nossos costumes, vejam executar no local algumas das atividades artesanais que nos são intrínsecas, que a comida seja confeccionada na brasa, por exemplo a posta à mirandesa, o cordeiro da raça autóctone, e essas sim, são as coisas que as pessoas vêm para ver e para degustar. -----

Manifestou a sua disponibilidade para colaborar e dar ideias para que as tradições deste concelho sejam mantidas e divulgadas. -----

O Presidente da União de Freguesias de Sendim/Atenor, Aquilino Ginjo, cumprimentou todos os que se encontravam presentes e em seguida, congratulou o Presidente da Câmara Municipal pelo feito inédito de ter oferecido a sua Santidade o Papa Francisco uma capa de honras, tendo o facto sido comentado em todo o mundo. -----

A nível dos incêndios, referiu que, ele próprio e o Presidente da Junta de Freguesia de Miranda do Douro participaram numa reunião de Comissão Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios, na qualidade de representantes da Assembleia Municipal, na que se encontram representadas várias entidades, a fim de tratar a questão das queimas. -----

Explicou que, do que foi dito na referida reunião os requerentes devem entrar em contacto com a Câmara Municipal e a partir daí o requerente é encaminhado para o Gabinete Florestal que por sua vez fará o registo da comunicação de intenção de queimar, ou então, o requerente pode fazê-lo através de um número verde que se encontra disponível para o efeito. No

C
A**Sessão de 22 de fevereiro de 2019**

entanto, alertou para o facto do referido número não ser atendido, porque ele próprio tentou telefonar para esse número várias vezes e nunca ninguém atendeu. -----

Considera que, as juntas de freguesia deviam ter a possibilidade de proceder ao registo desses requerimentos através do site disponibilizado na internet. Informou que, propôs por escrito ao ICNF que as juntas sejam autorizadas a fazê-lo, mas que, ainda não obteve resposta da parte daquela entidade. -----

Transmitiu que, recebeu uma mensagem do Gabinete do Ministro da Agricultura a informar que as juntas de freguesia também têm responsabilidade neste âmbito, das queimadas e das queimadas, mas que, desconhece quais sejam essas responsabilidades porque não foi informado a respeito dessa matéria. -----

Transmitiu que, na referida reunião foram informados que vai ser elaborado um índice de sinistralidade dos incêndios, ou seja, em todas as freguesias existe um índice de sinistralidade que geralmente acontece onde houve mais incêndios, nesse ano e nessa freguesia. Caso o índice de sinistralidade seja elevado e alguém pretender edificar uma construção, aquela entidade, tendo em consideração esse índice pode ou não emitir parecer positivo, sendo em caso de índice de sinistralidade elevado dado parecer negativo, o que vai impedir a edificação naquele local, ainda que, o espaço tenha condições para edificar uma construção. -----

Disse que, estava previsto que a Câmara Municipal reveja esse plano, e que, seria benéfico que todos os presidentes de junta de freguesia tivessem acesso a esse plano de modo a prever algumas situações e a verificar onde existe maior índice de sinistralidade para não vir futuramente as freguesias a ser prejudicadas, no que toca à edificação de construções. -----

Referiu que, o representante do ICNF que esteve presente na reunião tinha dito que a Câmara Municipal podia apresentar a sua proposta, mas que, não significa que o ICNF aceite a proposta apresentada pela Câmara Municipal.

Referindo-se à “Feira de Sabores”, felicitou o Presidente da Câmara Municipal pelo evento realizado, manifestando a sua satisfação por se ter

CF
A**Sessão de 22 de fevereiro de 2019**

verificado grande afluência de visitantes, incentivando-o a prosseguir a promoção do evento. -----

Quanto ao serviço de restauração prestado no decurso do evento, disse que, servir duas mil refeições ou mais não é fácil, a não ser que seja feita uma prova gastronómica em vez de refeições servidas à mesa. -----

Salientou que, quando o restaurante que atualmente serve as refeições deixe de servir, a Câmara Municipal terá dificuldade em encontrar quem as queira servir, devido às instalações improvisadas que não têm condições para trabalhar como deve ser. -----

Felicitou o Executivo Municipal por ter oferecido aos membros de todas as juntas de freguesia uma senha para ter acesso a uma refeição gratuita ao longo do período em que a feira decorreu, e dirigindo-se ao Deputado António Carção referiu que, isso não acontecia quando o PSD era Executivo Municipal, mas que, eram distribuídas senhas a quem se lhes aprouvera. -----

O **Deputado Mário Vaz**, cumprimentou todos os que se encontravam presentes na sessão e em seguida congratulou o Executivo Municipal pela iniciativa levada a cabo e às artesãs que elaboraram a capa de honras oferecida, a sua Santidade o Papa Francisco. Em sua opinião foi de facto um ato fácil de marketing de promoção tanto para Miranda do Douro como para a marca deste concelho. -----

Congratulou-se pela realização de mais um certame da “Feira de Sabores”, e aproveitando as várias críticas construtivas ouvidas nesta sessão, acrescentando que, surge a necessidade de internacionalizar esta feira de modo a tornar-se convidativa aos nossos vizinhos espanhóis. -----

Considera que, os nossos vizinhos espanhóis é um público alvo que se deve ter em conta nestes eventos, devendo ser reforçada a necessidade de marketing para estes eventos ou mesmo trazer produtores ou artistas espanhóis que incentivem a sua vinda. Lembrou que, temos duas grandes cidades aqui ao lado, enquanto que, do lado português as grandes cidades se encontram um bocadinho mais longe. -----

4
A

Sessão de 22 de fevereiro de 2019

É de opinião que, o marketing tem que ser mais trabalhado, ainda que, seja a fazer-lo uma empresa externa por se tratar de um serviço que tem que se ter em conta hoje em dia por ser indispensável. -----

Solicitou ao Presidente da Câmara Municipal que, prestasse alguns esclarecimentos a respeito do Plano Nacional de Investimentos elaborado pelo governo, perguntando qual será o valor do investimento previsto para o nosso município. -----

O **Deputado Antero Besteiro** objetando a intervenção do Presidente da União de Freguesias de Sendim/Atenor disse que, a opinião que emitiu a respeito do serviço de refeições prestado pelo restaurante na “Feira de Sabores” é que a forma como o serviço é prestado deve ser modificada, devendo ter também em atenção, os colaboradores que o restaurante seleciona para servir as refeições nesse evento. -----

Acrescentou que, no recinto da feira as refeições foram tardiamente servidas, embora no pavilhão multiusos tenha primado tanto ao nível dos alimentos servidos, como do serviço prestado. -----

Relativamente ao serviço prestado pelo restaurante que serviu a refeição em Constantim, disse que nada tem a apontar, a não ser a falta de educação por parte de um dos colaboradores que esteve a servir a refeição. -----

O **Deputado António Carção** solicitou novamente o uso da palavra, tendo-lhe sido dada, dizendo que pretende defender a sua honra e do seu bom nome. -----

Prosseguiu dizendo que, a Assembleia Municipal é um espaço nobre e no mínimo deve-se primar pela boa educação. -----

Acrescentou que, cada um dos membros que constitui a Assembleia Municipal representa as pessoas que o elegeram, pelo que, quando se dirige à Assembleia Municipal verbalmente, que o faz em seu próprio nome e em nome daqueles que o elegeram e assim sendo, chamou à atenção para o facto do Presidente da União de Freguesias de Sendim e Atenor não estar a fazer uma boa representação dos seus eleitores, pela sua falta de educação nesta sessão. -

Referiu que, se revê nas palavras do Eng.º Besteiro quando se refere ao serviço prestado pelo restaurante que serviu as refeições no decurso da “Feira

C
A

Sessão de 22 de fevereiro de 2019

de Sabores”, afirmando que, nada tem contra o restaurante, nem contra o seu proprietário, e que, provavelmente não haveria mais nenhum restaurante neste concelho ou até no distrito que fizesse este trabalho melhor, mas que, é um serviço que pode ser melhorado. Declarou que, o Sr. Isidro está de parabéns e merece um louvor porque mais nenhum o faria naquelas condições. -----

Sentiu-se ofendido pela forma como o Presidente da União de Freguesias de Sendim e Atenor disse que no seu tempo de Vereador as coisas funcionavam de outra forma, no que respeita à distribuição de senhas para as refeições. Ao que respondeu que, há já catorze anos que deixou de ser Vereador a tempo inteiro e que nessa altura nunca ofereceu senhas a ninguém. -----

Para terminar, disse que provavelmente a Câmara Municipal irá prestar contas a respeito do evento e depois logo se vê, relativamente às refeições o que se passou. -----

O **Presidente da União de Freguesias de Ifanes/Paradela** solicitou o uso da palavra tendo-lhe sido concedida. -----

Manifestou que, comunga de todos os elogios tecidos relativamente à “Feira de Sabores”, assim como, em relação à oferta da capa de honras, acontecendo o mesmo no que toca ao centro genético de Malhadas. -----

Assim como, comunga em relação a determinadas críticas e sugestões que considera que poderiam ser uteis. -----

Quanto ao critério de oferta de senhas para as refeições servidas na feira, disse que, quando esta feira começou não existia nenhum critério, que a Câmara Municipal colocava na feira um stand onde se encontravam uma ou duas funcionárias da Câmara Municipal e elas davam as senhas consoante lhes apetecia. -----

Referiu que, atualmente existe o critério em que são oferecidas três senhas a cada junta de freguesia, uma para cada um dos elementos que constituem o executivo da junta de freguesia, o que lhe parece correto, apenas considera que, devia ser extensível ao presidente da assembleia de freguesia. --

Quanto ao serviço de restauração prestado na feira, disse que, seria bom alterar o conceito, porque a Câmara Municipal presta um bom serviço turístico na divulgação da região a nível cinegético, porque isso também é trazer

G
A**Sessão de 22 de fevereiro de 2019**

turismo, mas a nível da feira a Câmara Municipal tem que investir muito mais porque há necessidade de melhora-la de forma a superar a de Vinhais, porque a feira de Miranda do Douro tem potenciais muito melhores que aquela. -----

Transmitiu que, a feira de Vinhais tinha iniciado como uma insipiente feira de fumeiro e que hoje é uma feira multiusos. -----

Concorda plenamente, com as declarações do deputado Mário Vaz, relativamente ao evento, dizendo que a Feira de Sabores podia manter a traça original de feira do fumeiro, mas, a título exemplificativo referiu que podia ser denominada “Feira do Fumeiro e Produtos da Terra Ibéricos”, de forma a trazer os nossos vizinhos espanhóis, não apenas de visita, mas também, a expor os seus produtos. -----

Quanto ao restaurante da feira disse que, as pessoas vêm a Miranda do Douro para comerem o butelo com as cascas, para comer a tabafeia, ou a chouriça assada, a vitela, o porco ou o cordeiro, assados. E neste contexto então sugeriu que, estes restaurantes deviam ser entregues às raças autóctones, limitando-se a Câmara Municipal a conceder apoio logístico. -----

E neste caso, a Câmara Municipal estipularia um preço razoável por refeição no espaço do restaurante da feira, e as associações das raças autóctones, disponibilizariam os pratos que previamente fossem definidos, elaborados com as carnes dos animais autóctones e cada uma das associações com as carnes dos animais que cria e representa, de modo a que quem viesse visitar a feira tivesse a oportunidade de degustar os pratos que lhe apetecesse.

Referiu que, não quer com isto tecer críticas ao proprietário do restaurante que tem servido as refeições na feira, os que considera trabalham o melhor que podem e o melhor que sabem e que muito têm eles feito. -----

Quanto às queimadas, informou que, as juntas de freguesia têm estado a ser contactadas por parte da GNR, a fim de reunir e tratar das questões que se prendem com os procedimentos das queimadas e das queimas. -----

Transmitiu que, as juntas de freguesia precisam que a Câmara Municipal disponibilize informação da articulação já existente a respeito desta matéria entre as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal e com a GNR, havendo

4
A

também necessidade de verificar se está disponível uma pessoa técnica credenciada para o efeito, conforme refere a respetiva lei. -----

Quanto à questão do coveiro, referiu que, o coveiro municipal não existe apenas para abrir covas que também tem que cuidar do cemitério, e que compreende a situação da Câmara Municipal neste contexto, mas também compreende o que o Presidente da Junta de Freguesia de Malhadas. E neste contexto propôs ao Executivo Municipal que abra um concurso para contratar mais um coveiro. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para este prestar os esclarecimentos solicitados e dar resposta às questões colocadas. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** iniciou a sua intervenção agradecendo as sugestões apresentadas para melhorar o evento da “Feira de Sabores”. Expôs que, já foram tentados diversos métodos no que toca à restauração na feira, mas que, nenhum resultou. -----

Referiu que, independentemente do preço praticado por refeição, nenhum outro restaurante se disponibilizou a servir refeições neste evento, tendo sido o do Sr. Isidro o único que se disponibilizou a fazê-lo, pelo que, lhe agradece a sua disponibilização. -----

Transmitiu que tem noção que se pode melhorar, manifestando que, o Executivo Municipal está disponível para discutir esta questão e aceitar sugestões de modo a resolver esta questão, embora não seja fácil de resolver. --

Comunicou que, no mês de janeiro reuniu com todas as juntas de freguesia do nosso concelho e tem estado a trabalhar afincadamente na questão da descentralização de competências. E com isto, a Câmara Municipal pretende dotar financeiramente as juntas de freguesia para que possam dar resposta no âmbito das competências que lhes sejam transferidas, coisa que o governo não fez em relação aos municípios. E nesse sentido, existe um conjunto de critérios e de avaliações que pensa ter resolvidas até ao mês de abril do ano em curso, trabalho a rever anualmente de modo a proporcionar condições às juntas de freguesia que permitam servir bem os seus munícipes e as próprias freguesias. -----

C
A**Sessão de 22 de fevereiro de 2019**

Transmitiu que, as reuniões realizadas com as juntas de freguesia têm como objetivo identificar as necessidades de cada uma das juntas de freguesia de modo a colmatar essas necessidades da melhor maneira possível, através da celebração de protocolos. -----

No que toca à questão do coveiro disse que, é necessário encontrar uma solução que seja benéfica para todos. -----

Relativamente às queimas e queimadas informou que, tinha tido uma reunião com o Secretário de Estado das Florestas e que, no que concerne a esta matéria, há necessidade de criar uma plataforma onde se possam registar estes procedimentos. -----

Comunicou que, tinha falado com técnico da Câmara Municipal responsável por estas questões das queimas a fim dele acorrer a cada junta de freguesia, juntamente com as entidades envolvidas para prestar esclarecimentos a respeito destes procedimentos identificando a forma de os articular, entre o Gabinete Florestal, as Juntas de Freguesia, o ICNF e a GNR. ----

Quanto ao miradouro da Fraga do Puio, na freguesia de Picote, referiu que, o processo está bastante avançado, e que, falou recentemente com o ministro da tutela tendo-se este disponibilizado a visitar o território tendo já data prevista para a inauguração daquele espaço. -----

Relativamente às ARUS no âmbito do IFRRU, referiu que, foram selecionadas inicialmente as freguesias de Sendim e Palaçoulo, e que ainda este ano vai ser feita uma avaliação nesse mesmo âmbito a fim de verificar se nessas freguesias foram utilizados os mecanismos das ARU. -----

Acrescentou que, até julho de 2020 se procederá à revisão do PDM no que toca à transposição da lei do solo e brevemente reunirá com os presidentes das juntas de freguesia deste concelho a fim de identificar questões importantes que têm a ver com o Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios, e a cartografia, que vai determinar as zonas de risco.

Informou que, em algumas freguesias foram ampliados os perímetros urbanos e havendo necessidade de tomar algumas decisões a respeito das áreas não edificáveis. -----

C
A**Sessão de 22 de fevereiro de 2019**

A respeito da capa de honras oferecida a Sua Santidade, o Papa Francisco, disse que, agradece em nome da Câmara Municipal, à diocese de Bragança - Miranda, ao Sr. Bispo, D. José Cordeiro, ao Padre Manuel Marques e a todas as pessoas que se envolveram de alguma forma nesta iniciativa, que surgiu numa ocasião de celebração da exaltação da capa de honras, bem como, às artesãs que elaboraram e ofereceram a capa. -----

Quanto ao centro de genética do nosso concelho, disse que, há dois anos e meio estiveram ele e a Vereadora Anabela Torrão reunidos com o ministro da tutela, em Mirandela, tendo-se este comprometido a apoiar todo o processo levando até ao fim o seu compromisso. -----

Indicou que, várias Assembleias Municipais do nosso distrito pediram que desse conhecimento dos trabalhos que estão a ser levados a cabo em relação com o governo e com os grupos parlamentares a vários níveis, e neste contexto informou que, esteve ontem em Lisboa, onde foi recebido por três grupos parlamentares, o Partido Comunista, o Partido dos Verdes e o CDS - Partido Popular, e que também já tinha reunido com os grupos parlamentares do PS e do PSD, estando em causa três ou quatro documentos importantes. -----

Agradeceu publicamente ao ex-Ministro Pedro Marques que interferiu em ralação a Miranda do Douro aquando da elaboração do Plano Nacional de Investimentos 2030, tendo sido elencada uma única obra nesse plano para Trás-os-Montes devido à sua intervenção, que é a obra do IC5 até Miranda do Douro no valor de seis milhões de euros. -----

Transmitiu que, o que está a ser dito aos grupos parlamentares é que na representatividade do território da CIM - Terras de Trás-os-Montes, o valor a que este território tinha direito no Plano Nacional de Investimentos 2030, vindo de encontro a um princípio que é o FEF, este território teria direito a quatrocentos e setenta e três milhões de euros, e na prática o que vai ser distribuído para esta zona são os seis milhões para a ligação do IC5 a Miranda do Douro, estando a ser pedidos cento e cinquenta e seis milhões. -----

Informou que, neste Plano Nacional de Investimento vislumbra-se a possibilidade de serem inseridas duas obras essenciais para os concelhos de Vinhais e Vimioso que será divulgado, a seu tempo, pelos próprios municípios.

Sessão de 22 de fevereiro de 2019

O **Deputado António Carção** perguntou se a obra do IC5 é a única financiada em todo o concelho de Miranda do Douro ou é em toda a CIM. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, há mais uma obra que já está concluída, que é a ligação da zona industrial de Mogadouro ao IC5.

Acrescentou que, a grande questão se prende com as obras que estavam previstas no denominado PETI3 - Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas, e foram retiradas essas obras porque o Sr. Ex 1.º Ministro Passos Coelho esteve em Vimioso há quatro anos atrás e foi anunciado o lançamento de duas obras para o ano de 2019, e essas obras eram, a ligação entre Vimioso e Carção, e essa obra estava comprometido com vinte e dois milhões de euros e foi retirada, e a ligação entre Vinhais e Bragança com cerca de vinte milhões e que também foi retirada. -----

O **Deputado António Carção** referiu que a Câmara Municipal de Vinhais apresentou uma moção de rejeição ao Plano Nacional de Investimento. -----

Considera que, constatando-se que muitos autarcas não estão satisfeitos com este plano de investimentos deve ser emitida uma moção de repúdio em relação ao mesmo e que é aqui que a Assembleia Municipal deve fazer força, porque se trata de algo fundamental para o desenvolvimento da nossa comunidade. -----

Declarou que, repudia pessoalmente este Plano Nacional de Investimentos 2030 por ser muito prejudicial para com o interior, do interior. ---

O **Presidente da Câmara Municipal** informou que, a Comunidade Intermunicipal não vê isto como uma posição de cada um, ou de cada uma das câmaras municipais, mas é de facto, uma posição conjunta de uma estratégia conjunta falando todos em uníssono, ou seja, reunir documentos para que todos possam reivindicar a mesma coisa. -----

Referiu que a grande dificuldade se coloca na construção de um documento de consenso por parte de todas as câmaras municipais de modo a apoiar-se uns aos outros nos diferentes fóruns. -----

Expôs que, este ano é um ano de muita mudança e determinante para uma série de fatores, aos seguintes níveis: da descentralização de competência; da concessão do fornecimento de energia em baixa e média tensão; do

Sessão de 22 de fevereiro de 2019

financiamento de transportes entre municípios e dentro dos próprios municípios; do Plano Nacional de Investimentos 2030. -----

Acrescentou que 99% do investimento previsto será destinado a Lisboa, sendo penalizados os municípios de baixa densidade populacional em prol dos de alta densidade populacional. -----

Relativamente à questão colocada pelo Deputado Antero Besteiro referente ao alargamento do caminho de acesso à Escola Secundária de Miranda do Douro, respondeu que, tem estado a ser tratado com os proprietários dos terrenos envolventes a fim de alargar a via em questão. Assim como, as acessibilidades e mobilidade dentro da cidade para pessoas com mobilidade reduzida, também tem estado a ser tratado. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** depois de terminadas todas as intervenções passou ao ponto seguinte. -----

3. Aprovação da ata da sessão realizada a 14 de dezembro de 2018. --

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições, para intervir neste ponto, tendo-se inscrito os seguintes membros: António Ribeiro, e António Carção. -----

O **Presidente da Junta de Freguesia da Póvoa**, António Ribeiro, transmitiu que, deve ser corrigido nas páginas n.º 5 e n.º 14 da ata referida a identificação dos intervenientes, cuja identificação foi trocada, por lapso. -----

O **Deputado António Carção** referiu que, tem duas considerações a apresentar em relação a esta ata. A primeira, que nada tem de pessoal a apontar, mas que, deve ser transcrito o que se passa de facto nas sessões.

A segunda, declarou que, muitas vezes há necessidade de engolir os nossos ódios pessoais porque depois de falar, costuma-se dizer que, palavra fora da boca é como pedra fora da mão. -----

Posto isto, lembrou que, na sessão a que a ata em aprovação respeita se verificou uma exposição mais fervorosa por parte do Deputado Alberto Raposo em relação ao Sr. Presidente da Câmara, que não é refletida na ata e até compreende porque estavam os dois intervenientes presentes. -----

Mas que, nessa mesma sessão surgiu outra situação mais grave que foi um ataque cerradíssimo do Sr. Presidente da União de Freguesias de Sendim e

Sessão de 22 de fevereiro de 2019

Atenor em relação ao Presidente do Grupo Desportivo de Sendim, que também não está plasmado na ata tal qual se passou, e que deveria constar. Porque nunca viu nenhum Sendinês manifestar-se contra um organismo de Sendim como vi naquele dia, não se encontrando a pessoa visada presente no local para se defender. -----

Pediu ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal para reportar tal qual a intervenção do Presidente da União de Freguesias de Sendim e Atenor conforme está na gravação, ou então vota contra a ata, porque não reflete vírgula por vírgula o que foi dito. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** respondeu que, relativamente à elaboração das atas, relembra que reza o princípio pelo qual são elaboradas, princípio esse contido no Regimento aprovado por esta Assembleia Municipal, e que não menciona em dado nenhum o agora proferido pelo deputado António Carção: “respeitar o discurso de cada intervenção, vírgula por vírgula do que foi dito”, mas sim que, deve ser feito um resumo do que é essencial e fundamental, sendo sempre esse o princípio que se deve aplicar na elaboração de todas as atas, de todas as instituições. E que, tem certeza que o deputado António Carção tem conhecimento disso, assim como, também tem conhecimento do que se denomina “calor da discussão política”. Outra coisa totalmente diferente, é a justeza, mesmo que à posterior algo fria e sucinta, e a retidão das palavras transcritas para uma ata, que deve sempre omitir os elementos supérfluo causadores de entropias desnecessárias, ao bom desenrolar de uma democracia salutar e adulta. -----

Declarou que, na qualidade que se lhe arroga, é seu único princípio, dar total liberdade de expressão a todos os membros desta Assembleia Municipal, mas ao invés, dar zero na tolerância no que concerne à má educação e outras maledicências de circunstância conjuntural e “politiqueira”. Esse é o único princípio que o norteia na elaboração de todas as atas desta Assembleia, e que assim irá continuar. -----

Terminadas as intervenções foi colocada a votação a ata da sessão realizada no dia catorze de dezembro de dois mil e dezoito, tendo sido aprovada, por maioria, dos membros presentes na referida sessão, nos termos

Sessão de 22 de fevereiro de 2019

do n.º 3, do artigo 34.º, da Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que aprova o novo Código do Procedimento Administrativo, com o voto contra do deputado António Carção, argumentando que, vota contra devido ao facto de não ter ficado plasmado na ata integralmente a intervenção feita pelo Presidente da União de Freguesias de Sendim/Atenor, em relação ao Presidente do Grupo Desportivo de Sendim. -----

Procedendo às correções propostas pelo Presidente da Junta de Freguesia da Póvoa, António Ribeiro, nas páginas 5 e 14 da ata em aprovação, nas que identificou terem sido trocadas, por lapso, a identificação dos membros intervenientes, na sua intervenção e na intervenção do Presidente da União de Freguesias de Constantim e Cicouro. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** explicou, mais uma vez que, o princípio pelo qual se rege a elaboração de uma ata, conforme consta no Regimento da Assembleia Municipal é, “de cada reunião ou sessão ser lavrada ata, que contenha um resumo do que de essencial nela se passou” e não “ponto por ponto” e “vírgula por vírgula”, conforme expressado pelo deputado António Carção. Mas que no entanto, cada um também é livre para votar a ata como desejar: a “Correia do Norte” e as “unanimidades forçadas” não devem morar nesta Assembleia, apenas nela deve morar a democracia sã e plural. -----

4. Descentralização - Decreto-Lei n.º 20/2019 de 30 de janeiro - Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais nos domínios da proteção e saúde animal e da segurança dos alimentos. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** a pedido do Presidente da Câmara Municipal passou a palavra à Vereadora Anabela Torrão a fim desta prestar esclarecimentos a respeito das competências objeto deste diploma legal. -----

A **Vereadora Anabela Torrão** apresentou os seus cumprimentos a todos os que se encontravam presentes e em seguida esclareceu que, concorda com a transferência destas competências para o Município, mas não no presente momento. Expôs que, este diploma não diz respeito apenas à saúde animal e segurança alimentar, tem também a ver com a questão dos licenciamentos.

C
A**Sessão de 22 de fevereiro de 2019**

Referiu que se trata de uma matéria muito complexa, e traz muitas receitas para o município, no entanto, carece que durante o ano em curso se trabalhe na regulamentação municipal e todas as receitas constem no regulamento de taxas e licenças municipais. Disse que, está em causa a transferência de tudo o que é licenciamentos, os serviços que estavam afetos à Direção Geral de Alimentação e Veterinária, passam para os municípios, serviços da competência das Direções Regionais, passam para os municípios, e também, não se pode esquecer que Miranda do Douro tem o matadouro municipal. A inspeção sanitária é competência da Direção Geral de Alimentação e Veterinária para a qual existe um técnico da DGAV que faz a inspeção sanitária no nosso matadouro, e a partir do momento em que nós aceitarmos estas competências também a inspeção sanitária e demais serviços passam a ser da competência do município. Com a transferência de todos estes serviços é imprescindível dois veterinários municipais para conseguirem dar resposta a todos estes serviços. Informou que, todas as taxas de inspeção sanitária que atualmente estão afetas, por exemplo ao matadouro, a partir do momento em que passam a ser competências do município passam a ser receitas próprias do município porque não são pagas ao estado. -----

Referiu que, se trata de um dos diplomas mais complexos de entre os que estão a ser publicados no âmbito da transferência de competências, por isso, durante o corrente ano, é preciso preparar a regulamentação municipal e proceder à contratação de pessoal especializado para dar resposta.

Por uma questão de proximidade com os cidadãos, por uma questão de celeridade dos licenciamentos, que dependiam da DGAV e da Direção Regional de Agricultura, acredita que a transferência destas competências beneficiará os municípios, não atualmente, mas para o ano 2020 estaremos em condições de aceitar este diploma. -----

Terminada a intervenção da Vereadora Anabela Torrão procedeu à abertura de inscrições, para intervir neste ponto, não se tendo inscrito nenhum membro. -----

Posto este assunto a votação, o Órgão Deliberativo deliberou, por unanimidade, não aceitar nesta fase a transferência das competências previstas

G
A**Sessão de 22 de fevereiro de 2019**

no decreto-lei n.º 20/2019 de 30 de janeiro, por considerar que este município não reúne, atualmente, as condições necessárias para dar prosseguimento aos procedimentos que implica a aceitação das competências contidas no diploma legal supramencionado. -----

5. Descentralização - Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro - Desenvolve o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da cultura. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal a fim deste prestar esclarecimentos a respeito do âmbito do diploma legal acima indicado. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** explicou que, este assunto da cultura foi muito discutido, esteve diversas vezes em Lisboa para tratar assuntos relacionados com o Museu da Terra de Miranda. E a resposta dada foi que o município não aceitaria a transferência do museu para a competência do município por se tratar de um museu regional. O que significa que, é um museu etnográfico da terra de Miranda, o museu é territorial e abarca o concelho de Mogadouro e o concelho de Vimioso, além de, a Sé Catedral ser da inteira responsabilidade da Direção Regional da Cultura do Norte, e os funcionários respetivos devem ser geridos pela Direção Regional da Cultura do Norte, havendo ainda necessidade que esta entidade cumpra o compromisso de completar as obras destinadas ao museu. -----

Caso o museu seja entregue ao município também será o museu Abade de Baçal, entregue ao município de Bragança, tendo todos os municípios que entregaram peças e documentos ao referido museu o direito de reaver todas essas peças e documentos. O mesmo aconteceria com o espólio existente no arquivo distrital de Bragança. -----

Relativamente ao castelo de Miranda do Douro, informou que, o Sr. Ministro da tutela lhe enviou uma carta a comunicar que nunca haverá dinheiro para a reabilitação de castelos, colocando-se assim, o problema da sua manutenção. -----

Outro problema que surge, com a transferência do castelo para o município, é a responsabilidade que o município terá que assumir caso

Sessão de 22 de fevereiro de 2019

ocorresse algum acidente quando os visitantes à cidade se passeiam em cima da muralha, responsabilidade essa que é atualmente da Direção Regional da Cultura. Colocando-se a questão se a muralha deve ou não continuar acessível ao público em geral. -----

O Presidente da Assembleia Municipal depois de terminada a intervenção do Presidente da Câmara Municipal procedeu à abertura de inscrições, para intervir neste ponto, tendo-se inscrito os seguintes membros: Jorge Jacoto Lourenço, António Carção, Alberto Raposo e Mário Vaz. -----

O **Presidente da Junta de Freguesia de Picote**, Jorge Jacoto Lourenço, deixou algumas considerações que têm a ver com o facto do nosso concelho possuir de uma riqueza patrimonial e arqueológica e ter outros imóveis classificados com alguma incidência local, nomeadamente, o conjunto classificado “Os Santos”, entre Picote e Sendim, a “Solhapa”, em Duas Igrejas, o São João das Arribas, em Aldeia Nova, a Igreja de Vila Chã. -----

E dirigindo-se ao Presidente da Câmara Municipal, perguntou, até que ponto a transferência desta competência não seria uma forma de incluir estes imóveis nesse património riquíssimo, sob a gestão da Câmara Municipal, para a valorização do património deste concelho, uma vez que a Direção Regional da Cultura não tem feito nenhum investimento a esse nível. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** expôs que, “Os Santos” vão ser brevemente intervencionados, no entanto, existe a preocupação de que, depois de recuperado aquele espaço passe a ser muito divulgado e sofra atos de vandalismo. -----

Informou que, de igual modo, a igreja de Vila Chã vai ser, também, intervencionada, tendo já sido celebrado protocolo para o efeito, e não foi antes intervencionada devido ao facto de ter estado dois anos a aguardar a emissão de um parecer, e por esse motivo penas agora darão início as obras. ---

Referiu que, vai haver candidaturas a apresentar conjuntamente com outras câmaras, ainda este ano, para esse efeito. -----

Mas, de qualquer forma, é de opinião que é preferível que primeiro se façam as obras necessárias e posteriormente sejam as competências transferidas para as autarquias locais. -----

O **Deputado Antônio Carção**, disse que, vê estas transferências com muita relutância e provavelmente o Sr. Presidente da Câmara Municipal também as verá da mesma forma. -----

Perguntou ao Presidente da Câmara Municipal qual é o pacote financeiro que acompanha esta transferência, porque considera que, estão a ser feitas uma série de transferências de competências para salvaguardar o poder central de responsabilidades e honrar as câmaras municipais. -----

Concorda que, sejam feitas as transferências de competências, mas com o devido pacote financeiro a acompanhar essas competências. -----

O **Deputado Alberto Raposo**, dirigindo-se ao Presidente da Assembleia Municipal, lembrou que há pouco mais de um mês foi solicitado aos membros desta Assembleia que votassem contra a aceitação dos diplomas respeitantes à transferência de competências e agora vêm pedir para aprovar os diplomas. Perguntou se não haverá algo escondido por trás disto tudo. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** em resposta ao Deputado Alberto Raposo disse que, os diplomas votados na sessão a que o deputado se refere tratavam-se de competências diferentes das que agora estão à votação.

Explicou que, as transferências de competências são feitas através de decretos-lei e que cada decreto-lei diz respeito a uma competência diferente, pelo que, havendo uma data específica para este município se manifestar a respeito das competências a serem transferidas naquela data, houve necessidade de marcar uma sessão extraordinária para votar em relação àquelas competências para cumprir os prazos estipulados nos respetivos diplomas, portanto, estes dois diplomas são diplomas diferentes, tratando-se de competências diferentes, havendo agora necessidade de se pronunciar esta Assembleia Municipal a respeito dos mesmos. -----

Acrescentou que, até agora, esta Assembleia tem votado no sentido do voto do Executivo Municipal, mas pode não ser assim, caso esta Assembleia considere que não deve ser. -----

O **Deputado Mário Vaz** disse, relativamente a esta questão da descentralização, que considera que é um processo inevitável, e é algo que avançará de uma ou de outra forma. Expôs que, cabe aos órgãos do município

C
A**Sessão de 22 de fevereiro de 2019**

definir quais são as exigências que se devem fazer para aceitar a transferência de competências no âmbito da descentralização. -----

Considera importante este processo da descentralização, com o que ele é a favor, e que, devem ser definidas quais as condições pretendidas para que isto aconteça, não adiantando muito andar às voltas. É de opinião que se devia aprofundar mais o objeto e âmbito de cada um dos diplomas de modo a saber exatamente o que se pretende com esta transferência de competências. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que, ficou bem claro na sessão anterior que todos concordavam com a descentralização, no entanto, existe um tempo para tudo. E é claro que, o município podia aceitar imediatamente as competências, mas que, em 2020 votar-se-á novamente para aceitar as competências a serem transferidas no âmbito da descentralização, no entanto, é necessário que o Executivo Municipal indique se tem as condições necessárias para a implementação dessas competências. Apenas em 2021 é que serão definitivamente transferidas quer o município queiramos, ou não aceita-las. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** solicitou o uso da palavra tendo-lhe sido concedida, para prestar alguns esclarecimentos a respeito desta matéria do processo de descentralização de competências. -----

Transmitiu que, esteve presente em três audiências parlamentares, uma delas realizada em Vila Real, onde foi dito aos autarcas que a descentralização é um caminho para a regionalização. A ideia e o compromisso que ficou nessa audiência foi que os dois líderes parlamentares do PS e do PSD, têm entendimento relativamente à implementação do processo de regionalização. ---

Informou que, decorreu na semana passada uma reunião com todos os presidentes das CIM, em Famalicão, em que ficou esclarecido que este assunto vai ser levado às comunidades intermunicipais para discussão, não havendo ainda uma posição definida em cada uma das CIM, mas, provavelmente na próxima semana será discutido o principio da regionalização e com certeza as Assembleias Municipais também terão que discutir esta matéria, portanto esta Assembleia Municipal também terá que discutir qual é a nossa proposta

Cf
A

Sessão de 22 de fevereiro de 2019

relativamente ao futuro do norte do país, assim como, a gestão do próprio território. -----

A ideia, clara, dos dois maiores grupos políticos parlamentares que é o PS e o PSD, não iriam falar a respeito desta matéria até às eleições, a seguir às eleições legislativas, independentemente das coligações que venham a surgir, será novamente discutida a questão da regionalização. -----

O próprio Marcelo Rebelo de Sousa comprometeu-se, a levar este assunto avante porque integra a Constituição da República Portuguesa, sendo necessário o apoio de dois terços para ser aprovada, podendo haver ou não referendo. -----

Tudo vai no sentido de termos uma regionalização para o país, e no sentido de criarmos as condições para implementar a regionalização, com ou sem descentralização. -----

Também é preciso discutir a reforma estrutural do estado, ou seja, o papel das CIM, das Associações de Municípios, e acabar ou não com os distritos, porque alguns distritos existem apenas no âmbito da Administração Interna. -----

Terminadas as intervenções colocou este assunto a votação, tendo o Órgão Deliberativo deliberado, por maioria, com dois votos contra, dos deputados António Carção, e Alberto Raposo, e uma abstenção, aceitar a transferência das competências previstas no decreto-lei n.º 22/2019 de 30 de janeiro, por considerar que este município reúne as condições necessárias para dar prosseguimento às competências contidas no diploma legal acima indicado.

6. Aprovação da norma dos cargos de direção intermédia de 3.º grau.

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal a fim deste prestar os esclarecimentos que considere necessários a respeito deste assunto. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** transmitiu que, este assunto veio a esta Assembleia a fim de esta autorizar a abertura do respetivo procedimento, para depois constituir o júri do procedimento respetivo e abrir o concurso, que será aberto a todos os que pretendam concorrer, desde que reúnam os requisitos necessários para preencher os lugares. -----

G
A

Terminada a intervenção do Presidente da Câmara Municipal, prosseguiu abrindo inscrições para intervir neste ponto, tendo-se inscrito o Deputado Alberto Raposo. -----

O **Deputado Alberto Raposo** iniciou a sua intervenção dizendo que, na sessão realizada no dia 17 de janeiro foram chumbadas algumas propostas que deviam ter sido aprovadas, alegando o Sr. Presidente da Câmara Municipal falta de pessoal e falta de financiamento por parte do poder central. -----

Relativamente ao apelo feito pelo Presidente da Câmara e às alegações por ele então apresentadas, tendo sido esta Assembleia bem informada, teria aprovado alguns dos pontos vindo a aprovação, não tendo sido passada a imagem negativa perante o poder central. -----

Manifestou o seu espanto perante a proposta agora feita pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, passado menos de um mês, desde a última sessão que venha solicitar a aprovação da norma dos cargos de direção intermédia de 3.º grau. -----

Dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara Municipal perguntou se não seria preferível abrir concurso para contratar pessoal operário em vez de pessoal dirigente. -----

E no que respeita a contratação de pessoal para a Câmara Municipal, referiu que, comentaram alguns presidentes de junta de freguesia que fazem falta coveiros, e que, foram enganados os jardineiros através de um protocolo que foi celebrado e voltando depois a passar os jardins para a gestão da Câmara Municipal. -----

Depois do Deputado Alberto Raposo ter terminado a sua intervenção, colocou a este assunto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com um voto contra, do Deputado Alberto Raposo, devido aos motivos que alegou, e com duas abstenções. -----

7. Plano de saneamento financeiro - Programa de Apoio à Economia Local - Relatório de Acompanhamento da Execução do PAF (Plano de Ajustamento Financeiro) - 2018. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para intervir neste ponto, não se tendo inscrito nenhum membro. -----

Sessão de 22 de fevereiro de 2019

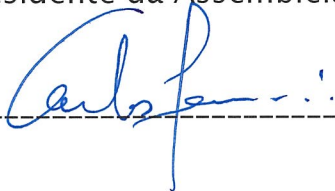
Os membros deste órgão autárquico tomaram conhecimento do teor dos documentos supramencionados. -----

8. Apreciação da informação a prestar pelo Sr. Presidente da Câmara.

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições para intervir neste ponto, não se tendo inscrito nenhum membro, declarou que, foi dado conhecimentos a todos os membros desta Assembleia Municipal do teor da informação prestada pelo Presidente da Câmara Municipal.

Nada mais havendo a tratar o Presidente da Assembleia Municipal deu por terminada a sessão eram treze horas. -----

O Presidente da Assembleia Municipal



Os Secretários da Mesa da Assembleia Municipal

A Secretária da Sessão

